



**RESOLUÇÃO Nº 323/96**

**Baixa instruções complementares destinadas à revisão eleitoral no município de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (95ª Zona Eleitoral).**

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 71, parágrafo 4º, do Código Eleitoral, resolve expedir as seguintes instruções complementares sobre a revisão eleitoral a ser realizada no município de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS:

**Art. 1º.** O Juiz Eleitoral competente procederá a revisão eleitoral de acordo com as instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (Resolução n. 19.570, de 28.05.96) e por este Tribunal.

**Art. 2º.** A revisão eleitoral será realizada de 01 de julho a 30 de julho de 1996, com prazo de trinta (30) dias.

**Art. 3º.** O Juiz Eleitoral deverá se deslocar ao município respectivo e a todos os povoados onde existam mais de três (3) seções eleitorais.

**Art. 4º.** O Juiz Eleitoral fará publicar, com antecedência de dez (10) dias, edital para dar conhecimento da revisão aos eleitores do município, devendo constar a data do início e do término da revisão, os dias e locais para onde se deslocará o cartório eleitoral e os documentos com os quais deverão se apresentar os eleitores.

**Parágrafo único** - O edital, além de fixado no cartório eleitoral da sede da zona, deverá ser fixado no cartório dos municípios e locais de acesso ao público em geral, bem como divulgado por todos os meios de comunicação existentes na zona e nos municípios, o que se fará a título de colaboração e sem ônus para a Justiça Eleitoral.



JUSTIÇA ELEITORAL

Res. TRE n. 323 /96- fls.02

**Art. 5º.** O cartório eleitoral funcionará todos os dias, inclusive nos sábados, domingos e feriados, no mínimo das 8:00 às 18:00 horas, na sede da zona onde será realizada a revisão eleitoral.

**Art. 6º.** Concluída a revisão, o Juiz Eleitoral fará relatório minucioso dos trabalhos, que encaminhará à Corregedoria Regional Eleitoral, juntamente com os documentos referidos no artigo 4º, parágrafo 1º, das Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

**Art. 7º.** Havendo necessidade de prorrogação do prazo previsto no artigo 2º desta Resolução, o Juiz Eleitoral designado para a revisão deverá requerê-la em ofício fundamentado dirigido ao Corregedor Regional Eleitoral, que o apresentará ao plenário na primeira sessão, independente de pauta.

**Art. 8º.** Esta Resolução entrará em vigor nesta data.

**SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, em 27 de junho de 1996.**

*Eduardo Fagundes*

**EDUARDO FAGUNDES** - Presidente, em exercício

*Wilson Reback*

**WILSON REBACK** - Corregedor Regional Eleitoral

*Carlos Mansur Arida*

**CARLOS MANSUR ARIDA**

*Chaves de Athayde*

**CHAVES DE ATHAYDE**



(DECLAROU-SE IMPEDIDO)  
**CÉSAR CUNHA**

*A. M. Kuss Serrano*  
**ANNY MARY KUSS SERRANO**

*Alcides A. Munhoz da Cunha*  
**ALCIDES A. MUNHOZ DA CUNHA - Procurador Re-  
gional Eleitoral**